

## ◆ PROVA OBJETIVA

- Contempla 40 questões, cada uma constituída de 04 alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- O candidato deverá assinalar as opções no cartão-resposta, que é o único documento válido para a correção, com caneta esferográfica, obrigatoriamente, de tinta azul ou preta.
- Não serão computadas as questões não assinaladas, rasuradas ou emendadas, ainda que legíveis, e as que tiverem mais de uma opção assinalada como resposta.
- Não será permitido que as marcações no cartão-resposta sejam feitas por terceiros, salvo em caso de candidato que tenha solicitado tal auxílio, justificadamente, à época da inscrição.
- Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura ótica do Cartão de Respostas, por isso não dobre, amasse ou manche o cartão.

## ◆ PROVA SUBJETIVA

- O candidato deverá responder no Caderno de Respostas próprio, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.
- Será eliminado o candidato que inserir seu nome, assinatura, utilizar corretor ou qualquer outro sinal, fora ou na área própria para o preenchimento das respostas, tornando identificável o Caderno de Respostas da Prova Discursiva.
- O Caderno de Respostas contempla folhas específicas para as respostas de cada uma das três disciplinas. Será de responsabilidade do candidato o preenchimento das respostas no local correto, acarretando a anulação da questão a não observância dessa norma editalícia.

## ◆ ORIENTAÇÕES GERAIS

- O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no Cartão de Respostas e no canhoto do “Caderno de Respostas da Prova Discursiva”, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identificação.
- O candidato não poderá retirar-se da sala, após ser identificado, sem autorização e acompanhamento da fiscalização.
- Não será permitido ao candidato fumar na sala de prova.
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do processo seletivo, poderá entregar o cartão-resposta, a folha de respostas da prova discursiva e retirar-se do recinto.
- Ao término da prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu cartão- resposta e a folha de respostas da prova discursiva.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, e após o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova, com a assinatura de cada um.
- Os fiscais não são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Não será permitida consulta a qualquer material;
- Não será permitida qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- A prova terá duração de 04 horas, incluindo o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas (Prova Objetiva) e do Caderno de Respostas Definitivo (Prova Discursiva).

### Questão 01

(Correta: D)

Assinale o instituto de direito processual civil que relaciona "2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais".

- (A) Prevenção.
- (B) Competência.
- (C) Conexão.
- (D) Continência.

#### Defesa da Questão

### Questão 02

(Correta: D)

Nos termos do Código de Processo Civil de 2015, o prazo em dobro para manifestação nos autos aplica-se também ao Ministério Público?

- (A) Não. O Ministério Público tem prazo em quádruplo.
- (B) Sim, mas apenas para contestar.
- (C) Não. O Ministério Público tem prazo simples.
- (D) Sim. O Ministério Público também possui prazo em dobro para se manifestar nos autos.

#### Defesa da Questão

### Questão 03

(Correta: B)

Segundo o art. 85, §3º, do Código de Processo Civil de 2015, os honorários advocatícios sucumbenciais nas causas em que a Fazenda Pública for vencida são fixados:

- (A) Segundo tabela fixada pelo Conselho Federal da OAB.
- (B) Conforme percentuais escalonados em função do valor da condenação ou do proveito econômico.
- (C) Sempre em 10% sobre o valor da condenação.
- (D) Em valor fixo definido pelo juiz com base na complexidade da causa, sem percentual mínimo.

#### Defesa da Questão

### Questão 04

(Correta: D)

Conforme previsões da Constituição da República de 1988 e do Código de Processo Civil de 2015, o cumprimento de sentença que condene a Fazenda Pública ao pagamento de quantia certa deve ocorrer por meio de:

- (A) Ordem de bloqueio de verbas públicas via sistema Bacen-Jud.
- (B) Penhora de bens públicos.
- (C) Compensação tributária imediata.
- (D) Expedição de precatório ou RPV, conforme o valor.

#### Defesa da Questão

### Questão 05

(Correta: D)

Assinale corretamente o recurso cabível em face de sentença.

- (A) Agravo de instrumento.
- (B) Recurso Extraordinário.
- (C) Recurso Especial.
- (D) Apelação.

#### Defesa da Questão

### Questão 06

(Correta: B)

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a lei em vigor terá efeito imediato e geral. Nesse contexto, é correto afirmar que a lei nova:

- (A) Atinge os efeitos futuros dos contratos celebrados antes de sua vigência, sem qualquer restrição.
- (B) Não pode prejudicar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- (C) Pode retroagir para prejudicar o ato jurídico perfeito, desde que haja expressa previsão legal.
- (D) Somente não pode prejudicar a coisa julgada, podendo atingir o direito adquirido.

#### Defesa da Questão

## Questão 07

(Correta: A)

Considerando as disposições do Código Civil sobre posse, assinale a alternativa correta.

- (A) É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (B) É justa a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (C) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- (D) A proteção possessória depende sempre de prova do domínio (título de propriedade).

### Defesa da Questão

## Questão 08

(Correta: A)

1. De acordo com o art. 183 do Código de Processo Civil de 2015, a prerrogativa de benefício de prazo é concedida à Fazenda Pública em quais medidas processuais?

- (A) Todas as suas manifestações processuais.
- (B) Apenas para recorrer.
- (C) Somente para contestar.
- (D) Apenas para cumprir diligências determinadas pelo juiz.

### Defesa da Questão

## Questão 09

(Correta: A)

No litisconsórcio passivo necessário, o que ocorre se o autor não promover a citação de todos os litisconsortes?

- (A) O juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.
- (B) O juiz extingue o processo sem resolução do mérito imediatamente.
- (C) O processo prossegue normalmente, e a sentença vincula apenas os citados.
- (D) O juiz promove de ofício a citação dos demais litisconsortes.

### Defesa da Questão

## Questão 10

(Correta: D)

Considerando exclusivamente o disposto no art. 304, caput, do Código de Processo Civil de 2015, a estabilização da tutela antecipada antecedente ocorre quando:

- (A) O juiz converte a tutela em definitiva por sentença.
- (B) O autor desiste da ação principal.
- (C) O réu contesta o mérito da ação principal.
- (D) O réu não interpõe recurso contra a decisão que concedeu a tutela.

### Defesa da Questão

## Questão 11

(Correta: A)

Considerando as disposições do Código Civil de 2002 sobre a responsabilidade civil estatal, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público interno e de direito privado são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, independentemente de culpa ou dolo.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, independentemente de culpa ou dolo.

### Defesa da Questão

## Questão 12

(Correta: D)

Consoante as disposições do Código de Processo Civil de 2015 sobre tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz não poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.
- (B) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, não podendo, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- (C) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- (D) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

### Defesa da Questão

## Questão 13

(Correta: B)

Nos termos do Código Civil de 2002, qual é o prazo prescricional geral aplicável às pretensões para as quais não haja prazo específico previsto em lei?

- (A) 2 (dois) anos.
- (B) 10 (dez) anos.
- (C) 5 (cinco) anos.
- (D) 15 (quinze) anos.

### Defesa da Questão

## Questão 14

(Correta: A)

Assinale corretamente o principal efeito produzido pela revelia:

- (A) A presunção relativa de veracidade dos fatos afirmados pelo autor.
- (B) O julgamento imediato de procedência do pedido.
- (C) A extinção do processo por abandono do réu.
- (D) A preclusão de todas as matérias de defesa, inclusive as de ordem pública.

### Defesa da Questão

## Questão 15

(Correta: C)

Sobre o dolo como defeito do negócio jurídico, conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, inclusive para reclamar indenização.
- (B) O dolo de terceiro sempre invalida o negócio jurídico, independentemente do conhecimento da parte beneficiada.
- (C) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos.
- (D) O dolo do representante legal de uma das partes não obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

### Defesa da Questão

## DIREITO ADMINISTRATIVO

## Questão 16

(Correta: A)

É elemento discricionário do ato administrativo:

- (A) Objeto
- (B) Competência
- (C) Finalidade
- (D) Forma

### Defesa da Questão

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito administrativo. 11 ed. Rio de Janeiro. Método, 2023. p. 299 a 310

## Questão 17

(Correta: B)

Segundo a Lei nº 14.133/2021(Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a modalidade de licitação adequada para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos é:

- (A) Diálogo Competitivo
- (B) Leilão
- (C) Tomada de Preços
- (D) Pregão

### Defesa da Questão

Lei nº 14.133. Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)

XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;

## Questão 18

(Correta: D)

No que concerne aos princípios específicos dos serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da cortesia refere-se à faculdade do servidor de decidir se deve ou não atender com urbanidade o cidadão, dependendo do comportamento apresentado pelo usuário;
- (B) O princípio da mutabilidade autoriza a Administração Pública a alterar as cláusulas regulamentares do serviço para atender ao interesse público, sem necessidade de compensação ao prestador;
- (C) O princípio da modicidade das tarifas determina que os serviços públicos devem ser prestados de forma gratuita a toda a população, sendo vedada qualquer cobrança dos usuários;
- (D) O princípio da continuidade estabelece que o serviço público não deve ser interrompido, salvo em emergências ou por razões de ordem técnica, após prévio aviso ao usuário;

### Defesa da Questão

Lei nº 8.987/95

§ 3o Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito administrativo. 11 ed. Rio de Janeiro. Método, 2023. pag. 248-51.

## Questão 19

(Correta: D)

Assinale o princípio da Administração Pública com previsão expressa na Constituição da República:

- (A) Tipicidade
- (B) Confiança
- (C) Solidariedade
- (D) Eficiência

### Defesa da Questão

CF/88. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

## Questão 20

**(QUESTÃO ANULADA)**

Em um órgão da administração pública municipal, o chefe de um setor identificou que um servidor vinha descumprindo reiteradamente as normas internas de funcionamento, como atrasos frequentes, ausência injustificada em reuniões de trabalho e desrespeito às orientações superiores. Diante dessa situação, o gestor determinou a abertura de procedimento administrativo para apurar os fatos e, caso confirmadas as irregularidades, aplicar a sanção cabível. Essa atuação tem fundamento na aplicação do seguinte poder:

- (A) Poder disciplinar
- (B) Poder hierárquico
- (C) Poder normativo
- (D) Poder de polícia

### Defesa da Questão

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito administrativo. 11 ed. Rio de Janeiro. Método, 2023. Capítulo 14.

## Questão 21

**(Correta: B)**

A extinção do ato administrativo por vício de legalidade é chamada de:

- (A) Revogação
- (B) Anulação
- (C) Caducidade
- (D) Cassação

### Defesa da Questão

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito administrativo. 11 ed. Rio de Janeiro. Método, 2023. p.334

## Questão 22

**(Correta: B)**

Sobre o instituto da desapropriação, assinale a alternativa correta:

- (A) Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública;
- (B) A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.
- (C) A contestação, no processo de desapropriação, poderá versar sobre o mérito administrativo da utilidade pública do imóvel desapropriado ou impugnação do preço;
- (D) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos de dívida pública;

### Defesa da Questão

CF/88. Art. 5º, (...) XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

Decreto-lei nº 3365/41. Art. 9º Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

Decreto-lei nº 3365/41. Art. 20. A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.

## Questão 23

(Correta: D)

Os contratos administrativos distinguem-se dos contratos de direito privado pela presença das chamadas "cláusulas exorbitantes", que conferem à Administração Pública prerrogativas sobre o contratado, colocando-a em posição de supremacia. Assinale, a seguir, a opção que **NÃO** se refere a uma dessas prerrogativas:

- (A) Fiscalizar a execução do contrato, podendo aplicar sanções administrativas ao contratado em caso de inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
- (B) Ocupar provisoriamente os bens moveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais;
- (C) Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- (D) Modificar unilateralmente o contrato, sendo o contratado obrigado a aceitar, acréscimos ou supressões, até o limite de 100% do valor inicial atualizado do contrato;

### Defesa da Questão

Lei nº 14.133/2021

CAPÍTULO IV

DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite

para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

## Questão 24

(Correta: B)

Assinale a atividade que pode ser caracterizada como uma manifestação do Poder de Polícia da Administração Pública:

- (A) Prorrogação da validade de concurso público
- (B) Fiscalização sanitária em estabelecimento comercial
- (C) Concessão da ordem em mandado de segurança
- (D) Revogação de ato administrativo discricionário

### Defesa da Questão

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito administrativo. 11 ed. Rio de Janeiro. Método, 2023. p.266 a 292

## Questão 25

(Correta: B)

É órgão de controle externo da Administração Pública Municipal a/o:

- (A) Procuradoria-Geral do Município
- (B) Câmara dos Vereadores
- (C) Corregedoria
- (D) Controladoria-Geral do Município

### Defesa da Questão

CF/88. Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)

## Questão 26

(Correta: D)

Sobre a acumulação de cargos públicos, assinale a afirmativa correta:

- (A) A acumulação de cargos públicos é vedada em qualquer hipótese;
- (B) Uma das exceções à regra geral de vedação à acumulação é a de dois cargos de Procurador Municipal, desde que no mesmo estado da federação;
- (C) É possível acumular até três cargos públicos de professor;
- (D) Ainda quando autorizada em abstrato, a acumulação dos cargos dependerá da compatibilidade de horários;

### Defesa da Questão

CF/88. Art.37. (...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 138, de 2025)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

## Questão 27

(Correta: C)

A respeito do regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar:

- (A) A associação sindical do servidor público depende de autorização legal específica para cada carreira;
- (B) A nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos;
- (C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período;
- (D) Em razão da supremacia do interesse público, o direito de greve não é estendido aos servidores públicos;

### Defesa da Questão

CF/88. Art.37 (...) III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

## Questão 28

(Correta: C)

O pressuposto de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo é:

- (A) a competência;
- (B) a forma;
- (C) o motivo;
- (D) o objeto;

### Defesa da Questão

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito administrativo. 11 ed. Rio de Janeiro. Método, 2023. paginas 299 a 310

## Questão 29

(Correta: D)

Em razão de intensas chuvas que atingiram a cidade Alfa, causando fortes enchentes, o Chefe do Poder Executivo Municipal requisita o ginásio de uma escola particular para abrigar famílias desalojadas. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) É necessária autorização judicial para que os agentes públicos municipais competentes possam, sem o consentimento dos proprietários, utilizar o seu imóvel em situação de iminente perigo público;
- (B) Os agentes públicos municipais competentes, diante de situação de iminente perigo público, poderão utilizar o imóvel particular, sem direito à indenização, ainda que haja dano;
- (C) É necessário o consentimento dos proprietários do imóvel para que os agentes municipais competentes possam utilizar o seu imóvel, ainda que haja situação de iminente perigo público, por se tratar de propriedade particular;
- (D) O imóvel particular poderá ser utilizado pelos agentes públicos municipais competentes, em razão da situação de iminente perigo público, sendo certo que caberá indenização ulterior se houver dano;

### Defesa da Questão

CF/88. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

## Questão 30

(Correta: C)

Pertence à Administração Pública Indireta a/o:

- (A) Concessionária de Serviço Público
- (B) Organização Social
- (C) Empresa Pública
- (D) Procuradoria-Geral do Município

### Defesa da Questão

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito administrativo. 11 ed. Rio de Janeiro. Método, 2023. p.73.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

## Questão 31

(Correta: A)

A dignidade da pessoa humana é:

- (A) Um fundamento da República.
- (B) Um objetivo da República.
- (C) Um princípio econômico.
- (D) Um direito político.

### Defesa da Questão

## Questão 32

(Correta: A)

São entes federativos:

- (A) União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) União e Estados apenas.
- (C) Apenas Estados e Municípios.
- (D) União, Estados e Municípios apenas.

### Defesa da Questão

## Questão 33

(Correta: A)

A Constituição Federal de 1988 é classificada como:

- (A) Promulgada e rígida.
- (B) Promulgada e flexível.
- (C) Outorgada e rígida.
- (D) Outorgada e flexível.

### Defesa da Questão

## Questão 34

(Correta: B)

Normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que:

- (A) Dependem de lei para produzir efeitos.
- (B) Têm aplicação imediata e integral.
- (C) Não produzem efeitos jurídicos.
- (D) Só produzem efeitos após regulamentação judicial.

### Defesa da Questão

### Questão 35

(Correta: D)

Os direitos fundamentais:

- (A) Não têm aplicação imediata.
- (B) Não podem ser restringidos.
- (C) São ilimitados.
- (D) Podem sofrer limitações em certos casos.

#### Defesa da Questão

### Questão 36

(Correta: A)

Compete aos Municípios:

- (A) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- (B) Declarar guerra.
- (C) Legislar sobre direito penal.
- (D) Emitir moeda.

#### Defesa da Questão

### Questão 37

(Correta: C)

Nenhum tributo pode ser cobrado sem lei que o institua. Esse é o princípio da:

- (A) Eficiência.
- (B) Publicidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Moralidade.

#### Defesa da Questão

### Questão 38

(Correta: C)

Um dos princípios da Administração Pública é:

- (A) Discricionariedade absoluta.
- (B) Arbitragem.
- (C) Legalidade.
- (D) Subjetividade.

#### Defesa da Questão

### Questão 39

(Correta: D)

O mandado de segurança é utilizado para proteger:

- (A) Patrimônio público.
- (B) Liberdade de locomoção.
- (C) Direito à informação.
- (D) Direito líquido e certo.

#### Defesa da Questão

### Questão 40

(Correta: A)

O princípio da máxima efetividade determina que:

- (A) Deve-se dar às normas constitucionais o maior alcance possível.
- (B) A Constituição deve ser ignorada em caso de dúvida.
- (C) Apenas normas infraconstitucionais têm eficácia.
- (D) A interpretação deve ser literal.

#### Defesa da Questão



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

12º PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE  
ESTÁGIO FORENSE

**CADERNO DE QUESTÕES SUBJETIVAS**

**DIREITO CIVIL/PROCESSO CIVIL (25 pontos – 10 linhas)**

Cite e discorra sobre 1 (uma) das normas fundamentais do processo civil.

**DIREITO ADMINISTRATIVO (20 pontos – 15 linhas)**

A Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) prevê hipóteses de dispensa e hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Diferencie essas hipóteses e cite um exemplo de cada.

**DIREITO CONSTITUCIONAL (15 pontos – 10 linhas)**

O município Alpha instituiu, por lei municipal, benefício remuneratório no valor de um salário-mínimo denominado “salário-esposa” e concedido a todos os servidores municipais casados.

A instituição do referido benefício está de acordo com o princípio da moralidade administrativa (artigo 37, CRFB)?

Responda justificadamente.